

O esperarçar selvagem no fim dos tempos do capitalismo⁹³

André Luís de Oliveira Mendonça⁹⁴

Resumo

Tendo como fonte de inspiração toda uma tradição que aponta o caráter maleficamente religioso do capitalismo, de modo a refletirmos sobre o fim dos tempos em que vivemos, neste ensaio (amefricano) nós nos insurgimos contra uma profaníssima trindade dessa religiosidade, por assim dizer, diabólica: 1- desenraizamento radical na forma de diásporas e errâncias forçadas diversas; 2- desumanização fabricada, por assim dizer, pelo trabalho nas fábricas; 3- coisificação da natureza elaborada em laboratórios. Em contraponto a essa religião que não faz jus à ideia de “relição”, senão apenas à de cisão (diabo não é, segundo a etimologia, aquele que divide, cinde?), propomos pensar, por fim (novo começo), uma “espiritualidade” à luz da luta inquebrantável dos povos originários e do povo negro: 4- o esperarçar selvagem. Afinal, só a selva salva.

Palavras-chave: Enraizamento; Capitalismo; Trabalho Desumanizado; Ciência Arrogante.

Abstract

Taking a whole tradition that points out the maleficently religious character of capitalism as a source of inspiration, with the aim of reflecting on the end times in which we are living, in this (Amefrican) essay we rise up against a very unholy trinity of this, so to speak, diabolical religiosity: 1- the radical uprooting in the form of diasporas and various forced wanderings; 2- the dehumanisation manufactured, so to speak, by factory work; 3- the objectification of nature devised in laboratories. As a counterpoint to this religion that does not do justice to the idea of “reconnection”, but only to that of division (is it not the devil, according to etymology, the one who divides and splits?), we propose to think, finally (new beginnings), of a “Spirituality” in the light of the unbreakable struggle of the original peoples and the black people: 4- the wild hope. After all, only the jungle saves.

Keywords: Rootedness; Capitalism; Dehumanised Labour; Arrogant Science.

*Nosso suor sagrado/É bem mais belo
Que esse sangue amargo/E tão sério
E selvagem! Selvagem! Selvagem!
(Renato Russo)*



⁹³ Um agradecimento especial à Katia Reis de Souza, companheira de vida e de luta com quem tive o bom privilégio de conversar diariamente sobre grande parte das teses aqui apresentadas, ao longo da nossa caminhada de mãos dadas e corações entrelaçados, e pela leitura encorajadora do ensaio. Agradeço também ao Prociência (UERJ) pelo apoio financeiro.

⁹⁴ Professor Adjunto do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS-UERJ). E-mail: alomendonca@gmail.com. ORCID: 0000-0002-0077-3527.

Para meu neto de consideração, o Guilherme (Guigui), em plena gestação, esperando que ele já nasça sob o sol de um novo mundo! E para meu “neto” e minha “neta”, espécies companheiras das imagens abaixo: o “gatão” de meia idade Rocky (à esquerda) e a bela jovem Frida (à direita)!

Prólogo: religião sem religião

De Walter Benjamin a Giorgio Agamben, há uma bela, porque bélica (de luta), tradição de tradução do capitalismo em termos religiosos, em sentido pejorativo. Sem deixar de reconhecer que mesmo o conservador Max Weber, como se em (con)versão “espiritualista” do materialismo histórico e dialético de Karl Marx, já havia descortinado (a falta de) o horizonte do capitalismo em conluio com a ética protestante – mais precisamente, ele procurou “discernir o nexo entre as concepções religiosas fundamentais do protestantismo ascético e as máximas de vida econômica cotidiana” (WEBER, 2004, p. 141). Paul Lafargue é quem foi um dos pioneiros em destacar o caráter maleficamente religioso do capitalismo por meio de folhetins publicados em jornal, reunidos posteriormente como *A religião do capital*, uma espécie de panfleto satírico inspirado na obra do seu sogro, Karl Marx.

O livro supracitado de Lafargue significa bem mais do que mera “popularização” das quimeras do sistema – escrito presumivelmente para a classe trabalhadora despossuída do privilégio de tempo para ler calhamaços –, denunciadas através de argumentos complexos na obra capital *O Capital*; Lafargue, em nossa apreensão da essência do seu panfleto magistral, escancara a face hipócrita do capitalismo como um dogma universal e profissão de fé inquestionável, até mesmo, ou sobretudo, por parte de cientistas, intelectuais, literatos e eclesiásticos, entre outros profissionais, feito fosse o único deus real: “O Capital é o Deus que todo mundo conhece, vê, toca, cheira, prova; existe para todos os nossos sentidos. Ele é o único Deus que não encontrou ainda um ateu” (LAFARGUE, 2022, p. 31).

Passado mais de um século, de modo a espantar os males, queremos engrossar o coro daquelas e daqueles que cantaram, e cantam ainda, o universo em desencanto da religião cujo deus supremo é o lucro (in)devido à dominação, opressão e repressão das pessoas subalternizadas. Vamos nos unir, em uma espécie de uníssono polifônico, à tradição milenar de moribundxs, esfarrapadx e oprimidxs, porém, jamais vencidxs porque seguem caminhando e cantando mesmo fazendo escuro, como entoaria o compositor paraibano Geraldo Vandré em parceria imaginária com o saudoso poeta amazonense Thiago de Mello.

Lafargue não viveu para ver nascer o decrépito “novo espírito do capitalismo” – para tomar emprestada a feliz, ou triste, a depender do ponto de vista, expressão de Luc Boltanski e

Ève Chiapello –, tempo histórico onde, ao mesmo tempo em que as desigualdades “prosperam” de modo degradante, o velho dogma da “inexorabilidade” do capital se propaga no interior do próprio pensamento crítico. Como perguntou Mark Fisher, provocativamente, no subtítulo do seu já clássico *Realismo capitalista*: “é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?”. Seria “o fim do mundo”, perguntamos nós, um tema exclusivamente religioso, teológico? Decerto, não.

Enfim, além do bem e do mal, capitalismo e religião realmente se confundem mais do que nunca: ninguém perdoa nossas dívidas (sem dúvidas, forjadas pelos próprios interesses do capitalismo de vida a crédito), ao mesmo tempo em que nos sentimos cada vez mais culpados por as acumular em profusão. Pecados sem possibilidade de expiação ou redenção, malgrado as promessas messiânicas do deus mercado...

Nossas vozes erguidas nesse coro, na forma de ensaio aberto ao público (escrita livre e engajada à procura da batida imperfeita de eternizar o transitório, fazendo confluir Marcelo D2 com Theodor Adorno sem adornos)⁹⁵, versarão sobre/contra a profaníssima trindade dessa religiosidade, por assim dizer, diabólica: 1- desenraizamento; 2- desumanização; 3- coisificação. Em contraponto a essa religião que não faz jus à ideia de “religação”, senão apenas a de cisão (diabo não é, segundo a etimologia, aquele que divide, cinde?), propomos pensar, por fim (novo começo), uma “espiritualidade” à luz da luta inquebrantável dos povos originários: 4- o esperar selvagem.

Desenraizamento radical: o progresso que navega para trás

Se nos desvencilharmos das análises mais convencionais sobre o capitalismo – cujo foco amiúde incide sobre seus processos e mecanismos exclusivamente econômicos, independentemente do espectro político a partir do qual ele esteja sendo avaliado – e atentarmos para as suas raízes mais profundas ou “metafísicas”, teremos a oportunidade de desvendar, paradoxalmente, a sanha devastadora por extirpar raízes como sendo a sua característica mais marcante e brutal. Desde as suas origens mais remotas até a “dramaticidade da hora atual”, o capitalismo vem sendo um processo cada vez mais “radical” (de ir até a raiz na atividade de arrancar toda e qualquer raiz, no caso) de desenraizamento amplo, geral e irrestrito. A raiz do

⁹⁵ Trata-se – por que não? – de um ensaio amefricano (somos, antes de tudo, ameríndixs e africanxs, segundo a formulação disseminada por Lélia Gonzalez), no sentido de ser uma forma de escrita muito mais afeita à tradição criativa de intelectuais brasileirxs de ancestralidade negra e indígena do que ao modo frio e distanciado da herança europeia. Por ousar, humildemente, incluir a mim mesmo dentro dessa tradição é que o texto está escrito na primeira pessoa do plural, um “nós” Ubuntu para desatar os nós.

capital é acabar com nossas raízes capitais. Não à toa – tão sagaz e cheia de gás para as lutas políticas e batalhas das ideias quanto era, apesar da saúde frágil que lhe tirou a vida aos 34 anos de idade –, Simone Weil foi uma voz solitária a pregar no deserto europeu a respeito da necessidade de se dar atenção especial à questão do (re)enraizamento/desenraizamento na primeira metade do séc. XX, já que “o enraizamento é talvez a exigência mais importante e ignorada da alma humana” (WEIL, 2022, p. 65).

Movida por um visceral desejo de transformação do mundo turbulento em que vivia àquela época, Simone procurou desvelar as causas históricas daquilo que diagnosticava como sendo a “doença do desenraizamento”, tendo as encontrado em dois tipos letais de “veneno” (expressão empregada pela própria autora): sistema capitalista (dinheiro e lucro) e cultura tecnicista (instrução especializada). Ou seja, a política e a ciência da era tida como “iluminista” ou metida à “moderna” eram as duas fontes principais do retrocesso humano, a despeito da retórica gravitando em torno do astro-rei “progresso”. Não à toa também, um pouco antes do suicídio diante da iminência de captura pelos nazistas, Walter Benjamin escrevera o texto fulgurante no qual em uma das dezoito teses sobre o conceito de história assevera a necessidade de se tecer narrativas a contrapelo, porque os vencedores escondem os escombros da barbárie debaixo do tapete persa roubado pela civilização e progresso. Palavras de ordem do imaginário moderno condensadas no lema do credo positivista: ordem e progresso. O amor deu bandeira.

Se a acumulação primitiva do capital levou as pessoas a se desconectarem de suas tradições mais essenciais devido ao duplo movimento abrupto de aprisioná-las nas fábricas por meio de um saber técnico fragmentário, ou, literal e metaforicamente falando, levantando cerca nas áreas rurais – vide a sistemática desvalorização do conhecimento acerca da experiência que irrompe à época –, a marcha do desenraizamento está atingindo patamares insondáveis mesmo por intelectuais orgânicas e argutas feito Simone até em seus piores pesadelos. A sensação distópica real que atravessa nosso corpo hoje é a de que máquinas estão se “humanizando” na mesma velocidade estonteante em que nos tornamos gradativa e aceleradamente robotizadxs, totalmente desvinculadxs de uma vida mais próxima do sentimento de pertença coletiva que somente uma conexão profunda e harmônica com a natureza pode propiciar, sem romantizar aqui a “vida selvagem” ao estilo “*born to be wild*”.

Se a fábrica, ou mesmo a “vida no campo”, produzia um efeito claustrofóbico e de exaurimento na classe trabalhadora com o advento da “modernidade”, ainda não era possível imaginar o estrago que uma tela de celular poderia vir a causar na sociedade 24/7 (dorme com um barulho desse), tomando emprestada a expressão cunhada por Jonathan Crary para descrever a produtividade sem pausa no capitalismo contemporâneo. Deem-nos um celular e nós

(re)moveremos o mundo com a supressão do espaço e do tempo, portanto, desaparecimento da própria possibilidade de se cultivar uma subjetividade: é tudo ao mesmo tempo aqui e agora! “Mãe senhora do perpétuo, socorrei!”.

O capitalismo industrial, desde o séc. XVIII, retirou forçadamente as pessoas de suas terras por meio de um processo cruel de despovoamento, fazendo cercamentos de campos abertos e, simultaneamente, convertendo terra arável em pastagem (origem do dilema ecológico atual?); daí Karl Polanyi ter feito a pergunta crucial: “Que ‘moinho satânico’ foi esse que triturou os homens transformando-os em massa?” (POLANYI, 2000, p. 51). O que durante muito tempo se chamou de progresso significava, em verdade, perda de habitação para as pessoas comuns de um modo geral, sobretudo a partir dos idos de mil e novecentos, período, ademais, quando houve uma profunda “corrosão do caráter” coletivo em (des)virtude da consolidação de um utilitarismo nu e cru, isto é, progresso econômico garantido pelo protecionismo de mercado e pela desarticulação social. Afinal, paradoxalmente, o que está conectado nessa nova desconexão é o fato do *ethos* ter a ver com a morada, a habitação, o hábito onde habito...

Criticando liberais à direita e marxistas à esquerda, pode-se dizer que a essência do projeto intelectual de Polanyi consistia em defender a sociedade europeia contra a economia de mercado emergente no pós-guerra, sendo que, se remontarmos às origens mais remotas da nossa época, teremos de reconhecer que o “moinho satânico” (máquina de moer gente, terra e história, em nossa leitura para além do econômico) já fora um dia as próprias pessoas humanas, no caso aquelas rotuladas como “sub-humanas” ou diversos outros epítetos depreciativos (“máquinas”, elas próprias trituradas). Enquanto a colonização significou, antes de tudo, uma desterritorialização sanguinária dos povos originários de diversas partes do mundo ao verem suas terras expropriadas e suas populações abatidas feito bicho – além das usurpações todas segundo Memmi –, a escravização representou uma desterritorialização dos próprios corpos de pessoas negras perpetrada pelas nações europeias, ao terem sido arrancadas de suas terras natais e obrigadas ao trabalho escravizado em outros lugares para elas até então desconhecidos; por isso, a civilização europeia é indefensável, segundo as palavras de Aimé Césaire (2017), para quem humanistas legitimadores da escravidão anteciparam o imaginário fascista e nazista séculos antes, com a diferença de que o escândalo de Hitler, sem relativização dos males abomináveis da Shoá, foi ter escravizado gente branca.

Levando sua coerência, às últimas consequências, com consistência, conquanto tenha lutado ao lado de compatriotas na resistência francesa, Simone Weil scandalizou mesmo colegas de esquerda quando defendeu, em diversos escritos, a corajosa posição segundo a qual

não havia diferença essencial entre a tentativa de dominação da França almejada pela Alemanha nazista e o histórico de colonialismo de seus país com relação às nações africanas.

Do séc. XVI ao XX, muitos outros Hitler ou Mussolini receberam condecorações, insígnias, estátuas, monumentos, por terem supostamente prestado serviços prestimosos quanto ao processo civilizador de povos bárbaros e primitivos. Essa, sim, é que nos parece ser “a grande transformação” hedionda engendrada pelo capitalismo: não apenas a “mais recente” de máquinas oprimirem pessoas, senão aquela em que pessoas negras e indígenas foram consideradas elas mesmas máquinas, ou melhor, piores ainda. Máquinas, ao menos em épocas anteriores à obsolescência programada acelerada, eram consertadas, recebiam reparos e manutenção, ao passo que “sub-humanos” eram pura e simplesmente descartados quando seus corpos-máquinas deixavam de funcionar.

Importante frisar que o moinho, ou moenda na tradução da obra de Césaire, não deveria se referir apenas à máquina símbolo-mor da Revolução Industrial propriamente dita; para se sagrar um projeto colossal e legitimar todo um sangrar literal, tentando justificar o injustificável das injustiças mais atroz, o colonialismo do qual Polanyi e colegas de geração ainda parecem tributários se valeu da moenda mística (cristianismo oficial), moenda científica (evolucionistas), moenda literária (humanistas) e todos os demais, por assim dizer, aparelhos ideológicos e orgânicos do sistema capitalista (ecoando aqui Gramsci e Althusser simultaneamente, em que pese as profundas diferenças dos dois pesos pesados da tradição marxista).

Há revolução das “máquinas”. É necessário chamar a atenção para o fato de que a diáspora negra decorrente das correntes da escravidão em várias partes do mundo não foi capaz de levar as populações originárias das diversas áfricas ao desenraizamento total e completo. Deu-se o oposto: se aludirmos especificamente à história de um país como o Haiti (“é aqui/não é aqui”), só para ficar no exemplo daquela que é considerada a primeira “República Negra” fora do continente africano, podemos nos inspirar em toda uma tradição secular de luta e resistência; a rigor, o caribe de um modo geral dá provas do quão foi possível e necessário se criar raízes ou rizomas na errância e no exílio graças à “poética da relação”, a arte de se misturar mantendo as identidades, segundo Glissant (2021).

Literariamente, portanto, talvez mais realisticamente ainda, Octavia Butler ensina como o povo negro aprendeu a cultivar raízes nas estrelas. No romance *A Parábola do Semeador* (2018), a autora lança mão da ideia de uma comunidade chamada Semente da Terra, liderada pela heroína Lauren Olamina, com o intuito de sublinhar a permanente mudança como muda seminal de sua florescente e fosforescente “ficção científica”, cujo contexto histórico é impressionantemente similar ao nosso de pandemia e pandemônio, responsável por instar a

protagonista e “amigxs” a saírem em diáspora rumo a uma terra mais segura. Território é algo muito mais amplo e complexo do que pôde sonhar a vã filosofia europeia hegemônica. “Por mais distante o errante navegante, quem jamais te esquecerá”. Analisando obras literárias clássicas do mundo grego e romano antigo, que mergulham na questão da nostalgia experimentada no exílio – *Odisseia, Ilíada e Eneida* –, Barbara Cassin (2024) vai falar das raízes aéreas como forma de explicar o fato de podermos nos sentir em casa onde quer que recebamos acolhimento e hospitalidade. Ideia necessária porque, de fato, a assunção essencialista de que o enraizamento só se dá em terra natal é perigosa o bastante, exatamente por ser a premissa primeva do pensamento fascista e racista epitomizada em variações de lemas como “Pai, Pátria e Propriedade”, ou em ilusões de um passado idílico perdido e por aí vai.

Vale referenciar ou “reverenciar” também a discussão suscitada por autores como Stuart Hall e Paul Giroy, em que cada um, ao seu modo brilhante, mostra como a modernidade europeia foi moldada naquilo que tem de melhor pelas culturas de origem africana, no sentido de que o lado menos sombrio da Europa é fruto justamente da Diáspora Africana, cujos herdeiros estão agora reivindicando suas identidades, ancestralidades, sem contar a reparação histórica a que se têm direito.

No nosso contexto brasileiro, sempre houve uma tradição de pensamento que via a força criativa de (re)enraizamento do povo negro via quilombos e terreiros, esses territórios geográficos e simbólicos a aguçar o imaginário de resistência e re-existência.⁹⁶

Pergunta urgente a ser feita: como seguir se (re)enraizando em uma época de capitalismo tecnológico, no interior do qual não são mais apenas as terras e os corpos que são expropriados, senão o nosso próprio ser, individual e socialmente falando, que está em risco da completa e definitiva desconexão ética devido à conexão cibernética ininterrupta?

Humanistas desumanos: o trabalho sem descanso no sétimo dia

Se há um local emblemático de desenraizamento fabricado com o advento do moinho satânico, esse foi sem sombra de dúvida a fábrica; lugar este em que as pessoas começaram a passar grande parte do seu dia trabalhando sem parar em condições as mais deploráveis; por

⁹⁶ Sem preocupação de ser exaustivo, aproveitamos a ocasião para honrar a memória de três intelectuais negrxs aqui: Clovis Moura (2022) produziu toda uma obra de inspiração marxista, na qual procura aliar a “questão negra” com a luta da classe trabalhadora, sobre o papel central desempenhado pelos quilombos nos processos nacionais de resistência e insurreição; por sua vez, Abdias Nascimento (2019) deu uma contribuição inestimável àquilo que denominou de “ciência negra”, o quilombismo; por último, e talvez mais significativo para nós, Beatriz Nascimento (2021) trouxe uma reflexão histórico-filosófica sobre a atualidade do conceito de quilombo, além de ser a protagonista da obra-prima *Orí*, um documentário dirigido por Raquel Gerber (1989).

isso é que a tradição de pensamento e luta socialista/comunista, afinada com o grito atávico de reivindicações da própria classe trabalhadora, sempre mirou a seta no alvo da jornada de trabalho (Marx, por exemplo, dedica à questão o Capítulo 8 inteiro da Seção III do Livro 1 de sua obra *O capital*).⁹⁷ Fazendo mais uma vez uma provocação pertinente ao caráter religioso do capitalismo, Paul Lafargue redigiu outro panfleto atualíssimo intitulado *O direito à preguiça*, uma “blasfêmia” a favor de um pecado capital para o capital e não apenas para a Igreja.

Humanistas gastaram seu latim ao longo dos tempos para inculcar nos corações e mentes o preceito ideológico “O trabalho dignifica o homem”. Para Lafargue (2021), com as bênçãos de sacerdotes, moralistas, filantropos e economistas, o capitalismo era literalmente uma fábrica de mortificar crianças e mulheres, além de trabalhadores homens, de modo que a falácia de acordo com a qual “revoluções tecnológicas” redundariam em menos necessidade de trabalho automaticamente feito máquina (equação mágica: + Produção = - Jornada = + Salário) não ficara rubra de vergonha, mesmo ao ser desnudada logo de cara: quanto mais e “melhores” máquinas surgiam, menos tempo livre é o que se tinha. Somente a burguesia é quem desfrutava do direito profano, porque cínico e privilegiado, à preguiça.

Na última seção do texto (antes do “Apêndice” em que acusa os filósofos por terem legitimado o “dogma do trabalho” desde a antiguidade grega), intitulada poeticamente de “Nova canção para a nova música”, o revolucionário jornalista franco-cubano casado com a intelectual revolucionária Laura Marx advogou a causa justa da redução drástica da jornada de trabalho para uma quantidade considerada utópica até mesmo para os padrões do nosso tempo (imagine, àquela altura, em que as pessoas passavam até 14 horas praticamente ininterruptas em seus postos de trabalho): três horas! Isso seria possível justamente porque a revolução das máquinas favorecia à possibilidade de se passar menos tempo no trabalho e de se poder gozar a existência através da fruição da arte e da cultura. Tal como sonhava, para desespero de sua esposa Nevinha, o poeta e cantador de viola Joaquim Simão, protagonistas da peça *A Farsa da Boa Preguiça*, de Ariano Suassuna.

Lafargue conclui o libelo com um belo clamor de amor à deusa preguiça⁹⁸:

⁹⁷ Como a luta por liberdade e igualdade nunca termina, no momento em que estamos escrevendo este ensaio, a sociedade brasileira está sendo tomada pela discussão em torno do PL que visa à redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1, proposto por Erika Hilton (PSOL-SP), primeira mulher negra trans eleita deputada federal no Brasil.

⁹⁸ Vale lembrar que a atualidade do tema da preguiça, uma espécie de sarcasmo em que o ócio soa como um bom negócio face à era da produtividade desenfreada, foi trabalhada em uma das coletâneas organizadas por Adauto Novaes na coleção *Mutações* sob o título de *Elogio à preguiça*, onde, aliás, o capítulo assinado por Marilena Chauí – “Sobre o direito à preguiça” – é o mesmo que funciona como prefácio contundente na edição da obra de Lafargue usada por nós aqui.

Como Cristo, a dolente personificação da escravidão antiga, os homens, mulheres e crianças do proletariado têm escalado sofredamente durante um século o duro calvário da dor: há um século o trabalho forçado quebra seus ossos, fere sua carne, esmaga seus nervos; há um século a fome torce suas entranhas e alucina seus cérebros!... Ó, Preguiça, tende piedade de nossa longa miséria! Ó, Preguiça, mãe das artes e nobres virtudes, seja o bálsamo das angústias humanas (LAFARGUE, 2021, p. 111).

Já o tocante relato legado por Simone Weil, no tocante à experiência concreta das agruras do cotidiano no chão de fábrica, abre margem para pensarmos na possibilidade de até mesmo um único simples instante em uma linha de montagem fabril nos deixar em estado febril, tal como ela sentira grande parte da curta e intensa existência, para o resto de nossas doces e dolorosas vidas.⁹⁹ Que dirá três horas?! Que dirá “oito” horas?! Que dirá 24/7?!

Operários de fábrica, advertia Simone, tornam-se pessoas desenraizadas no sentido de “exilados em sua própria terra”. E são as mil azedas miudezas vivenciadas a cada minuto que fazem da vida na fábrica uma servidão insuportável, para não computar sua mazela mais grandiloquente que é a perda da capacidade de pensar com atenção e concentração em função do esgotamento físico e mental (o tema da atenção foi um foco de atenção preferencial de Simone; daí, inclusive, estar sendo redescoberta em tempos de dispersão cibernética). O relógio de ponto e suas compridas regras impossíveis de serem cumpridas; as grandes e pequenas misérias, sobretudo coisas visivelmente inúteis, impostas só por pura demonstração de dominação e subjugação; a necessidade de cumprir ordens e ter de se adaptar à monotonia do trabalho repetitivo, mesmo diante de incidentes (sem contar os acidentes) passíveis de punição; a transmutação de coisas em gente e vice-versa (“eis a raiz do mal”, em suas próprias palavras), a todo vapor de máquinas, sem pausa, na cadência do tique-taque; com tudo isso e mais o tempo comprido aliado ao espaço comprimido, o sentimento de exílio e extenuação é quase inexorável.¹⁰⁰

Por essas e outras razões, Simone vai discordar fraternalmente da luta por “mera” diminuição da jornada de trabalho, uma vez que a raiz do mal do desenraizamento continuaria intacta; não seria suficiente uma simples mudança quantitativa do trabalho senão uma profunda

⁹⁹ Tendo desistido de assumir o magistério em filosofia, após ter passado como primeira colocada em concurso, Simone Weil decidiu trabalhar como operária em fábricas e como camponesa em alguns lugares com o intuito de viver na pele de corpo frágil a experiência real do trabalho, ao invés de falar tão-somente a partir dos gabinetes de leitura; assim como lutou na Guerra Civil Espanhola e esteve, literal e metaforicamente, atuando em todos os campos de batalha do seu tempo, visando sempre à coerência entre teoria e práxis.

¹⁰⁰ Há toda uma literatura do campo da saúde do trabalhador, ancorada preferencialmente no referencial teórico-crítico do materialismo histórico, onde podemos encontrar um manancial de obras que examinam justamente as relações entre as condições de trabalho e o contexto sócio-político mais amplo cuja tese central compartilhada é a de que o capital é o principal fator patógeno, a começar pelo próprio ambiente de trabalho (até então a renda era computada apenas como marcador de melhores condições de saúde). Para uma primeira aproximação, conferir Berlinguer (1983), Laurell e Noriega (1989) e Oddone et al (2020).

transformação daquilo que ela chamou de “estimulantes do trabalho”, a começar pela superação dos seus processos alienantes e tarefas maquinais (1996, p. 169). Só a organização da fábrica a partir da autonomia da classe operária, bem como do saber de conjunto dos processos envolvidos, poderia modificar o ambiente de trabalho a fundo, o que careceria antes de uma mudança radical na sociedade como um todo e na formação humana de um modo particular. Do contrário, nem mesmo pausa ou descanso seriam capazes de devolver à vida pulsante pessoas que já estariam como que na condição de zumbis (com perdão do trocadilho infame, seremos hoje zoombis?): Que bom seria poder depositar a alma, à entrada, no cartão de ponto e retomá-la intacta à saída! Mas é o contrário que se dá. Ela vai com a gente para a fábrica, onde sofre; de noite este esgotamento como que a anulou, e as horas de lazer são inúteis (WEIL, 1996, p. 161).

É óbvio que nem tudo estava perdido para uma pessoa da ação e da meditação feito Simone Weil. As passagens mais belas e sublimes escritas por ela são justamente aquelas que narram episódios de camaradagem, solidariedade e comunhão cultivada por trabalhadoras e trabalhadores, indo desde pura e simplesmente uma troca de sorriso cúmplice em meio à atividade laboral brutal até quando se envolvem em lutas coletivas comuns, como é o caso nas greves com todo o seu caráter pedagógico além de político. Todavia, mesmo tendo apostado a vida inteira no primado da graça frente ao peso de viver¹⁰¹, Simone hoje poderia ficar completamente desesperançada padecendo dos males da sociedade do cansaço que nos assola e oprime, da mesma forma que não acreditaria estar presenciando os retrocessos que estão ocorrendo em termos de direitos trabalhistas com todos os (des)qualificativos atrelados – seja com relação às pífias condições (Precarização, Intensificação, Flexibilização – PIF: Quem não pifa?), seja com relação às “novas” formas de organização (Toyotização e Uberização – TU: “Tu não estavas aqui”¹⁰²) – ao admirável mundo novo do trabalho de “ifoodização” da vida.

Dramaticamente, as empresas de TI do Vale do Silício (quem nada temerá andando pelo vale da sombra da morte?), do Shenzhen (sua versão chinesa) e do Bangalor (sua versão indiana), estão nos levando à servidão voluntária 24/7; simplesmente não paramos mais aparentemente sem que ninguém nos obrigue pausar a pausa. Se não for de cantar salmos, “Que tal um samba? Puxar um samba que tal? Para espantar o tempo feio”.

¹⁰¹ Ver sua obra *O peso e a graça*, rica em reflexões prodigiosas acerca da “espiritualidade”, mesmo para quem professa fé no ateísmo, e por que não dizer acerca da epistemologia, uma vez que aqui também aparecem seus temas recorrentes de teoria do conhecimento, notadamente a distinção entre saber e “saber com toda a alma”.

¹⁰² O filme “Você não estava aqui”, de Ken Loach (2020), retrata as armadilhas da uberização para a classe trabalhadora, ao acreditar que poderá se tornar autônoma “trabalhando para si” (mito do empreendedorismo), até se perceber como que refém de uma startup qualquer.

Passamos, atualmente, por uma hecatombe de impacto profundo em direção a uma sociedade do desempenho, na qual saímos da negatividade da proibição de outrora, causadora de neuroses como a “histeria”, e entramos agora no reino e na glória da negativa positividade do poder, onde há uma liberdade paradoxal em que fazemos de bom grado tudo aquilo que o sistema opressor deseja que façamos, isto é, internalizamos docilmente o imperativo do produtivismo imposto pelos imperialistas a tal ponto que nos sentimos meio que obrigados a performar cada vez melhor nossas atividades em todos os âmbitos da nossa vida, cuja consequência grave em termos de saúde é uma espécie de epidemia de epidemias, com destaque negativo para a depressão e a ansiedade (HAN, 2017, p. 2018).¹⁰³ “Faça o que tu queres pois é tudo da lei, da lei” (no caso, da lei do mercado talhada na pedra do profaníssimo decálogo do “Consenso de Washington” ainda vigente a nos vigiar), em apropriação indébita do princípio transgressivo da “sociedade alternativa”.

Com aparente onipotência divina de quem consegue cooptar tudo, o capitalismo conseguiu capturar através de suas Big Techs até mesmo o bem mais precioso que “possuímos” – essa tal liberdade – e o mais lucrativo para as empresas e corporações “silicianas” (milicianas?), sem precisar nos amarrar mais e nos dando a ilusão de fazermos só o que queremos: temos liberdade para fazer tudo que os donos do mundo mandam “gentilmente” (“Tudo que o mestre mandar? Faremos todos!”). E tome-lhe pílulas: de Viagra para aumentar a performance sexual ao uso de Ritalina para turbinar nossa capacidade cognitiva (inclusive para produzir *papers*), passando pela “Pílula do Amor” em tempos líquidos, seguimos nos exibindo como empresárixs de nós mesmxs nas redes (anti)sociais.

Todo mundo trabalha hoje sem parar e em grande parte do tempo o faz de graça em estado de letargia, especialmente quando estamos supostamente no lazer, no “descanso” ou na folga e nas férias, exatamente porque continuamos alimentando os dados da rede e sendo bombardeados pelos algoritmos.¹⁰⁴ A distopia parece ser ainda pior na realidade “virtual” (Big Data) do que na ficção literária (Grande Irmão), também já tornada realidade nos Big Brothers ao redor do mundo. Tudo é “Big” no tempo da pequenez. Nostalgia do futurismo de outrora.

Com todo esse processo global de transformação das pessoas subalternizadas em mercadorias e em coisas, o filósofo camaronês Achille Mbembe (2018) vai se colocar a questão de se estaríamos incorrendo em um “devir-negro do mundo”; mas, além de alertarmos para o

¹⁰³ O processo de medicalização desenfreada no campo da saúde mental capitaneado pelas empresas farmacêuticas é, literalmente, o outro lado da mesma moeda de interesses econômicos escusos, segundo Whitaker (2017).

¹⁰⁴ O filósofo italiano Matteo Pasquinelli vem desmistificando a ideia de que as novas tecnologias, como por exemplo a “inteligência artificial”, podem conduzir à redução do trabalho humano. Ele demonstra cabalmente o quanto estamos trabalhando cada vez mais.

fato de que por mais sequestrador da liberdade que seja o capitalismo atual não se pode compará-lo à violência da escravidão, ele defende que o negro hoje passou a representar justamente o oposto da vida mercantilizada dominante graças à força inventiva de sua cultura; nesse sentido, a expressão ganha uma conotação positiva similar àquela impressa por Paulo Freire: as pessoas oprimidas é que libertariam, e estão libertando, todas as demais da opressão.

Nada disso pode significar que a necessidade urgente de reparação histórica seja desconsiderada. Muito pelo contrário, inclusive com uma inflexão decisiva em termos materiais: a filósofa brasileira Denise da Silva (2019), por exemplo, argumenta em prol da prioridade de se tratar a escravidão do ponto de vista estritamente econômico e não mais meramente a partir de “boas intenções” morais; até porque nos parece que seria mais plausível pagar a dívida inadiável com relação aos povos originários e negros no que diz respeito a bens tangíveis (a dívida, digamos, “subjetiva” é praticamente impagável, embora possa e deva haver reparação por danos morais também). Afinal, o mais valor excedente no mundo contemporâneo, concentrado em cada vez menos mãos larápias visíveis do mercado financeiro, ainda é parcialmente tributário do trabalho não remunerado produzido por pessoas negras durante séculos de escravidão. Isso para não aludir às riquezas de Ouro Preto que foram parar no “Velho Mundo”. “Se os pretos velhos todo o café produziram, a eles todo o café pertence” (frase impactante da obra-manifesto *Todo o Café*, de André Vargas).

A Europa viveu de sequestro, pilhagem, usurpação etc., deixando as vias e veias da América Latina e de outros continentes abertas e sangrando, essa é que é a verdade sobre a qual não se pode mais calar, e os subalternizados estão se fazendo escutar, embora sempre tenham falado. Chegou a hora de pagar a conta imensurável, é tempo de radicalizar as políticas de “cotas”. Em termos interseccionais com a dívida racial, há tempos, a filósofa italiana Silvia Federeci (2021) vem defendendo o pagamento de salário para as mulheres do “lar”, posto que, desde a acumulação primitiva do capital, é delas o posto de principal força motriz da reprodução social do capitalismo patriarcal.

Natureza artificial: a ciência da ignorância arrogante

Enquanto a fábrica exilou trabalhadores em suas próprias terras, o laboratório funcionou durante muito tempo como o local medíocre por excelência do desenraizamento propriamente dito de perda da ligação com o barro do chão do baía; nesse sentido, todos nós que mal ou bem recebemos a “bendita” herança da modernidade europeia somos desenraizados, ainda que fiquemos fincados em nossas respectivas terras natais. O laboratório é o lugar onde cientistas

se arvoraram, esquecendo das maçãs das árvores e engendrando “paraísos artificiais” (sem o barato das experiências da modernidade poética servida e sorvida nos opiáceos de um Boudelaire), o poder divino de produzir mundos à imagem e semelhança de si próprios. Sem esquecer que o laboratório é o *locus* em que também se *labora*, por mais que cientistas e pesquisadores não gostem de se reconhecer como trabalhadores; afinal, “ciência deve ser vocação, e não profissão”, diriam cientistas “weberianos”, provavelmente sem o saber estarem professando devoção a um dos primeiros três patriarcas da sociologia.¹⁰⁵

Sem ignorar a crítica que devemos fazer aos chamados estudos sociais de ciência por ainda permanecerem legitimadores – sub-reptícios, para não dizer cínicos – do mundo eurocentrado e americanizado, quando pesquisadores como Bruno Latour e demais cientistas sociais que estudam cientistas naturais começaram a aplicar métodos etnográficos para fazer pesquisas nos próprios laboratórios, eles despiram a “tribo dos modernos” de seus figurinos indefectíveis: para o bem e para o mal, não passam de humanos, demasiadamente humanos, com retórica de serem super-homens.¹⁰⁶

Desde os seus primeiros protótipos nos séculos XVI e XVII, o uso político do laboratório o colocou no centro da ordem social das coisas exatamente por presunçosamente ter mudado ou descoberto a “ordem natural das coisas”: retoricamente acessível a todos (por isso, inclusive, passaria a ser visto como um modelo ideal de “democracia”), na prática, nenhuma pessoa pobre – somente homem branco de origem nobre – poderia adentrar suas portas trancafiadas. Apenas gente dotada de privilégios poderia performar e/ou testemunhar a validade de um experimento no novo castelo da ciência. Os saberes de pessoas comuns em contato direto com a natureza deixariam de ter credibilidade, posto que a aposta de má fé agora era a de que o conhecimento deveria ser mediado pela vida em laboratório, com toda a sua base de controle interno e externo, detentora do poder de deter “ignorantes” por meio da imposição de verdades inquestionáveis e do silenciamento de vozes diversas dissonantes.

¹⁰⁵ Longe de nós aqui adotarmos uma postura negacionista de defesa da extinção dos laboratórios; até por atuarmos na área da saúde coletiva, estamos plenamente conscientes da relevância que eles possuem, por exemplo, na produção de vacinas. Seja como for, também estamos cientes de que a ciência de laboratório normalmente cria soluções para problemas que a própria vida de laboratório engendra. No caso das vacinas de imunização contra a Covid, isso fica evidente: não precisaríamos delas, caso não vivêssemos em sociedades que causam pandemias por conta da vida para o consumo em tempos de globalização.

¹⁰⁶ A alusão ao “cinismo” se deve ao fato de Latour e cia extraírem, a partir da premissa segundo a qual a ciência é feita com as lágrimas, sangue e suor de gente como a gente, a conclusão de que surpreendentemente é esse lado “humano” da ciência que a torna muito especial face a outros saberes: como se a ciência começasse normal (gerada em contextos particulares feito outros quaisquer) e terminasse extraordinária (suas práticas, procedimentos e produtos se globalizam de modo singular). Sem que diga(m) uma só palavra sobre todo o sangue inocente derramado em nome da ciência ao longo da sua história.

Outra contribuição importante dos referidos estudos foi ter mostrado que, na vida de laboratório, os conflitos não se dão somente com relação ao “mundo externo”; a política, esfera considerada *locus classicus* do dissenso e negociação, é a marca da cultura e prática cotidianas no interior da ciência, o que é bem distante da visão que ainda predomina de ela supostamente ser o saber do consenso por excelência devido à posse de um método compartilhado prodigioso; método este que impediria exatamente a atuação de questões políticas, assegurando a coleta de dados e fatos sem contaminação de crenças e valores quaisquer que fossem. Nesse sentido, o laboratório silenciou e silencia “primitivos”, “bárbaros”, “selvagens”, “senso comum”, “saber popular”, da mesma forma como, resguardadas as devidas diferenças (grupos “recalcitrantes” de colegas não se tornam vítimas de genocídio...), escanteia pesquisadores que não se enquadram no paradigma hegemônico.

Em que pese as tentativas louváveis, tanto de se democratizar as práticas científicas em si quanto de tornar mais “realistas” (menos romantizadas) as concepções sobre elas¹⁰⁷, fato é que, tendo sido “cultivados” através dos processos “educativos” no interior dessa cultura científica de drástica redução da exuberância da natureza à “leis universais”, ditadas por um pequeno espaço fechado (o laboratório) – portanto, exatamente de perda da capacidade de se cultivar algo –, fomos nos desenraizando de uma forma, aí sim, progressiva no sentido de afastamento cumulativo literal do contato com a terra. Dito de modo mais orgânico, nosso contato com a natureza, em função de a vida social ter passado a ser pautada pela artificialidade da vida de laboratório, passou a ser quase que único e exclusivamente de forma predatória; a ponto de chegarmos hoje, passados três ou quatro séculos do laboratório no centro do mundo (um dos capítulos de um dos livros mais citados de Latour se intitula exatamente “Dá-me um laboratório e eu moverei o mundo”, em livre tradução nossa) ao ponto de mutação da terra arrasada e devastada.

Se, na retórica, os modernos rompiam com o mundo animista de suposta matriz religiosa, concretamente eles radicalizaram em sentido negativo a visão de mundo judaico-cristã hegemônica àquela altura pura e simplesmente porque levaram o preceito bíblico do livro de Gênesis do “homem” como o ser vivo privilegiado da criação às últimas nefastas consequências; de fato, todas as premissas do especismo – a começar por aquela que concebe a “razão” como uma faculdade diferenciadora e, por conseguinte, superiora da “pessoa humana” – foram radicalizadas (melhor seria dizer dogmatizadas) no projeto da modernidade europeia.

¹⁰⁷ O sociólogo da ciência inglês Harry Collins (2010) vem procurando democratizar a ciência, não apenas no acesso aos seus produtos, senão também na própria participação interna da produção de conhecimento, por meio de uma ampliação do conceito de *expertise* em que a experiência conta mais do que o diploma.

O chamado antropocentrismo emergente no séc. XVI, que veio a desembocar no momento do antropoceno no qual estaríamos vivendo, não superou na essência o teocentrismo. São dois lados do mesmo processo hierarquizante, com o agravante de o antropocentrismo ter nos conduzido à arrogância degradante: mesmo após as sucessivas feridas narcísicas da história da ciência (deixamos mesmo de ser o centro de gravidade do cosmo com Copérnico, os maiores das espécies da natureza com Darwin, os donos da razão com Freud?), a humildade jamais se tornou uma virtude epistêmica coletiva concreta. Pelo menos desde Kant, aliada a um ato de vontade e decisão, a faculdade da razão seria o que nos torna “maiores” (o esclarecimento [iluminismo] é a saída do homem da menoridade da qual ele próprio é culpado, dizia o filósofo de Königsberg). Sem precisar precisar melhor aqui o desenrolar de um processo histórico deveras enredado, não constitui exagero presumir que essa presunção “humanística” talvez seja o fator principal que nos trouxe ao estado de coisas a que chegamos de fascismo científico (face de Jano do negacionismo), imperialismo tecnológico, trabalho 24/7, extremismo de direita, crise ecológica, ameaça de guerra nuclear em massa, enfim, etcetera infinda nesse fim dos tempos.

O projeto da modernidade se sagrou vitorioso (sua força viria das “fraquezas” atreladas à falta de franqueza ou razão cínica?), visto que hoje a ciência e a técnica dominam a natureza como nunca dantes houve um inferno assim na terra como no céu, mar e ar; no entanto, ecoando o alarme de incêndio literal dos frankfurtianos, o planeta completamente dominado permanece indômito. É tanta enchente e tanto incêndio em tantas partes do mundo (“tragédias” ambientais das mais diversas desordens) que a colega de Latour – a filósofa da ciência francesa Isabelle Stengers (2015) – nomeou nosso momento histórico de “tempo das catástrofes”, denunciando a economia (“desenvolvimentista”) como ciência da barbárie e anunciando como devemos resistir ao capitalismo selvagem do homem primata neoliberal voltando a honrar Gaia.

Com o intuito de dominar a natureza, tudo que a tecnociência vem conseguindo é torná-la ainda mais indomável, em vez de ser um solucionismo fácil para nossos dilemas ecológicos. Mais dramaticamente ainda, a era digital pode ser apontada como a grande causa recente das devastações e catástrofes globais. Além de arrasar a saúde mental das pessoas, o mundo virtual é um devorador contumaz do real: para se manter funcionando a pleno vapor caro, a rede da internet – de base de dados a aparelhos de celular – demanda uma quantidade imensurável de “recursos naturais”, expressão infeliz que já denuncia o caráter destrutivo da economia tal como mostram os cemitérios tecnológicos ao redor do mundo. A retórica inovacionista oca, inculcada até mesmo em grande parte do pensamento crítico, é a de que o “virtual” seria sinônimo de

imaterial, sendo que, na realidade, sem minério não se gera sequer um algoritmo numérico, não tem mistério.

Celulose não pode, celular pode. Nós que evitamos usar papel por “culpa cristã” de estarmos assim, supostamente, desempenhando nosso papel contra a devastação planetária, seguimos comprando celulares sem arrependimento algum mesmo após sabermos que eles podem ter conexão com uma “tragédia” ambiental. É tudo parte de uma grande cadeia de produção aprisionante: a era do complexo cibernético ou internético está diretamente ligada à era das catástrofes, e, quiçá, só haja uma saída, a de escapar ao enxame ou cardume da rede, segundo Crary (2023).¹⁰⁸

Está tudo tão intimamente conectado que um dos conflitos mais alarmantes do mundo hoje tem tudo a ver com a economia orientada pela tecnociência. A Palestina se tornou O grande laboratório a céu aberto a fim de que Israel possa exportar sua tecnologia de ocupação para o mundo (vigilância em massa, drones, reconhecimento facial etc.), e, por isso, ele conta com o apoio dos países poderosos do ocidente, a começar pelos Estados Unidos, de acordo com Loewenstein (2024). Mais estritamente conectado ainda à devastação planetária, os interesses geopolíticos escusos na Palestina se devem ao fato de a região possuir fontes “inesgotáveis” de combustível fóssil, que, apesar da hipócrita retórica de economia verde ou de desenvolvimento sustentável, seguem sendo a principal matriz energética do mundo.

O apetite por destruição vem de longe: Andreas Malm (2024), um professor de ecologia humana sueco, conta uma história brilhante da interface entre projeto sionista e império fóssil que remonta aos idos de 1840 – ocasião em que a Grã-Bretanha, após usar um navio a vapor pela primeira vez em guerra (contra o Egito), quis se expandir na região e propôs a colonização da Palestina por judeus –, mostrando que a união entre escatologia e império pode estar na raiz dos nossos males hodiernos, no sentido de a destruição da Palestina significar ao fim e ao cabo de guerra literal a destruição do planeta. Ao intervir no debate acerca do conflito entre Israel e Palestina conflagrado desde o atentado do Hamas em 7 de outubro de 2023 e a resposta descomunal do Primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, o historiador italiano Enzo Traverso (2024) também desnuda a longa história que está por traz da contenda, sem deixar de se posicionar contra aquilo que entende como sendo um genocídio da população de Gaza, provocando a pensar se Israel não faz atualmente com os palestinos o que a Alemanha nazista

¹⁰⁸ Se hoje ficamos estáticos de mãos atadas diante da “inexorabilidade” digital e dos desmandos da rede de alcance mundial (WWW), responsável por gerar uma espécie de terceiro inconsciente coletivo com consequências políticas e psíquicas imprevisíveis, de acordo com Berardi (2024), ainda há pessoas corajosas que ousam propor ou prever a sua extinção feito o ativista e teórico de mídia holandês Geert Lovink, meio sócia de Foucault. Cf. Lovink (2023).

fez com os judeus, até por poder contar, por um lado, com a anuência culpada dos alemães e, por outro, com a autorização interessada dos Estados Unidos.

Com lugar de fala bastante legítimo para tomar partido na querela, a escritora chilena Lina Meruane (2019) saiu em busca de sua ancestralidade palestina perdida e, na nossa interpretação, descobriu que talvez mais importante do que se tornar palestina é “tornar-nos outro” – o que nos parece valer para todos os casos –, entendendo por isto que, mais do que termos apenas sentimento de empatia, devemos ser capazes de realmente nos colocarmos no lugar do outro que sofre opressão por meio de ações concretas, à medida em que nos tornamos conscientes de que suas reivindicações são justas. Como não há simetria no conflito em questão entre judeus e palestinos – há, ao contrário, o genocídio da população de Gaza –, cabe travar o bom combate no campo da linguagem desmascarando o discurso oficial e reescrevendo a gramática dos silêncios.¹⁰⁹

Em total anticlímax ao final dessa narrativa distópica (sur)real, o que temos e, ao que tudo indica, teremos cada vez mais, são refugiados de guerra, de um lado, e refugiados do clima, de outro. O desenraizamento está mais enraizado do que nunca no fim dos tempos capitalista. Para agravar a situação já dramática ainda mais, talvez estejamos em uma era de pandemias (revolta da natureza recalçada?), além de guerras e devastação. De onde ou quando virá a próxima? Dialogando especialmente com Albert Camus e Simone Weil com o fito de pensar sobre viver a morte em tempos (pós)pandêmicos, tendo como mote a correlação entre Covid e guerra, a psicanalista inglesa Jacqueline Rose (2024) nos sensibiliza a respeito da necessidade de irmos além de nós mesmos: admitir o limite humano e o poder arrogante é um passo importante em direção ao reconhecimento da morte como condição da vida (tiranos se sentem imortais), capaz de fazer nascer uma igualdade e identidade essenciais (questão de justiça da diferença) rumo à ética do amor em prol dxs condenadxs da terra e conseqüente fim de toda e qualquer forma de dominação, opressão e repressão.

Epílogo: só a selva salva!

A filósofa e zoóloga estadunidense Donna Haraway (2021) vem defendendo o fim do antropoceno e o despertar do *chthuluceno* a partir inclusive da sua própria relação pessoal amorosa com “pets”, que ela chama afetiva e efetivamente de espécies companheiras. Por

¹⁰⁹ Ao estarmos terminando este ensaio, o conflito parece dar sinais de trégua, isto é, uma suspensão temporária das hostilidades. Mas, com as falas belicosas de Trump nos seus primeiros dias de (des)governo do caos, o cessar fogo em Gaza não deve, infelizmente, durar muito tempo.

estarmos em tempos de distopia (sur)real, vale lembrar também que quase um século antes de Haraway, o poeta e dramaturgo francês Antonin Artaud já havia se desencantado com a modernidade europeia, incluindo aí nessa desilusão a decepção com a promessa revolucionária socialista, e partido, de coração partido, rumo ao encontro com a cultura mexicana ancestral como uma saída de superação desesperada ou esperançosa da vida de separação da natureza: “A cultura racionalista da Europa faliu e vim à terra do México buscar as bases de uma cultura mágica que pode ainda brotar das forças do solo indígena” (ARTAUD, 2021, p. 23).

O filósofo e psiquiatra martinicano Frantz Fanon (2020) já chamara a atenção para o ponto de que os brancos sempre se voltam para culturas ancestrais (no caso, a africana) quando estão destituídos de sustância espiritual, anêmicos, sem *anima*, sem alma, sem ânimo. Paulo Freire (1970) foi quem profetizou ou professou sua fé na profissão de fé da luta coletiva dos de baixo: a libertação viria justamente de todas as pessoas oprimidas graças a um processo democrático-revolucionário. De mãos dadas com ele, num grande círculo de cultura, é daí também que advém o nosso esperar selvagem no fim dos tempos capitalista.

Realmente, o que vem acontecendo nos últimos anos é uma belíssima explosão de um grito ancestral, muito além de um “simples” lugar de fala, contido há séculos na garganta dos povos ameríndios e africanos, ou, como diria Lélia Gonzalez, ladinoamefricanos. O universalismo europeu e estadunidense está à beira do colapso; daí, inclusive, o avanço retrógrado da extrema direita no mundo como forma de tentar evitar, aí sim, o inexorável fim do capitalismo com todas as suas marcas indelévels de discriminação e opressão dos “sub-humanos”, assim como de subjugação e dominação da natureza.

Enquanto essa grande transformação não se dá por completo (somente retrospectivamente nós nos daremos conta da “revolução silenciosa” justamente contra o silenciamento que já vem se dando), podemos seguir inventando paraquedas coloridos e contando histórias para adiar o fim do mundo, diria Krenak (2020), ou, em confluência, escrever uma tese para NÃO adiar o fim do mundo, segundo Solaterrar (2024), deixando este que aí está morrer a fim de que possa nascer outro no qual o direito à loucura seja nossa CURA: Cuidado Ubuntu e Revolução do Aquilombamento. Podemos ou devemos também seguir plantando cercado e criando solto, reconhecendo o valor do conhecimento agropecuário dos povos originários e desbancando o agronegócio que rouba o sol, o vento e o sonho, segundo Santos (2023), ou ensaiarmos os primeiros passos na permacultura para depois do fim, conforme Saavedra (2021), assim como já vêm fazendo em ecovilas mundo afora jovens desiludidos com o “beat acelerado” das metrópoles. Que a geração das nossas netas e netos possam *radicalizar* esse processo; afinal: “E a criança é a esperança de Oxalá”.

Por último e quiçá mais importante ou necessário: a reconexão com a natureza talvez seja a forma mais potente de podermos voltar a ter sentimento de pertença nesse mundo assustadoramente inóspito da modernidade em agonia e, assim, termos condições reais de suplantar o paradigma civilizatório da barbárie que nos dominou nos últimos séculos e de nos enraizar na terra, território, “tudo novo de novo”. Não é à toa que nutrimos nostalgia doída por tudo aquilo que não experienciamos, a não ser aquelas e aqueles de nós que tivemos o bom privilégio de brincar com os pés descalços na terra, a ponto de os vídeos de maior visualização nas redes serem os que exibem o cotidiano vívido vivido, geralmente por casais de idosos, em zonas rurais nas diversas regiões do mundo. Eles suspendem a ansiedade por um “ótimo” átimo de tempo.

Povos negros e povos originários são fontes de inspiração nesse sentido, mas que não nos aproximemos de sua “cultura do lugar” de modo extrativista novamente. Estejamos conscientes e sensíveis face ao fato de que lutar pela terra foi sempre também uma resistência contra o racismo, tanto assim que as questões ambiental e racial estão intimamente interligadas, em Ferdinand (2022) e em hooks (2022). Sob a base desse novo projeto civilizacional pluralista e orgânico deveria estar o amor na acepção precisa e preciosa com que bell hooks (2021) o compreende: como uma ética de ação transformadora e transgressiva (mais do que um mero sentimento), ao mesmo tempo como uma força espiritual do êxtase de se poder viver harmonicamente em comunidades ampliadas nos territórios geográficos, históricos e simbólicos.

A espiritualidade da re-li-ga-ção entre humanidade e cosmo seria finalmente resgatada por meio de uma nova e terna aliança, a de término de toda e qualquer forma de hierarquização vertical entre os seres vivos e os “inanimados” (a montanha também possui alma, ensinam os povos originários). Vislumbramos o despertar desse novo tempo fora dos limites do agonizante capitalismo em que haveremos de viver, não mais para o trabalho como *tripalium* de tortura, senão para gozar a existência em comunhão fraterna universal, como sonhava à noite o proletariado da época de Lafargue e continuam lutando precarizadxs do tempo do já saudoso e “presente sempre” José “Pepe” Mujica. Assim seja!

REFERÊNCIAS

ARTAUD, Antonin. *Mensagens revolucionárias*. São Paulo: n-1, 2021.

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BERARDI, Franco. *O terceiro inconsciente: a psicoesfera na era viral*. São Paulo: GLAC, 2024.

- BERLINGUER, Giovanni. *A saúde nas fábricas*. São Paulo: Cebes-Hucitec, 1983.
- BUTLER, Octavia. *A parábola do semeador: Semente da Terra, Volume 1*. São Paulo: Editora Morro Branco, 2018.
- CASSIN, Barbara. *A nostalgia: quando, afinal, estamos em casa?* São Paulo: Quina, 2024.
- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2017.
- COLLINS, Harry; EVANS, Robert. *Repensando a expertise*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- CRARY, Jonatham. *Sociedade 24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Ubu, 2016.
- _____. *Terra arrasada: além da era digital, rumo a um mundo pós-capitalista*. São Paulo: Ubu, 2023.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu, 2020.
- FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu, 2022.
- FISHER, Mark. *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1970.
- GLISSANT, Édouard. *Poética da relação*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- _____. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.
- HARAWAY, Donna. *O manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade significativa*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- HOOKS, bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Elefante, 2021.
- _____. *Pertencimento: uma cultura do lugar*. São Paulo: Elefante, 2022.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. São Paulo: Veneta, 2021.
- _____. *A religião do capital*. São Paulo: 100/cabeças, 2022.

LAURELL, Cristina; NORIEGA, Mariano. *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec, 1989.

LOEWENSTEIN, Antony. *Laboratório Palestina: como Israel exporta tecnologia de ocupação para o mundo*. São Paulo: Elefante, 2024.

LOVINK, Geert. *Extinção da internet*. São Paulo: Funilaria, 2023.

MALM, Andreas. *A destruição da Palestina é a destruição do planeta*. São Paulo: Elefante, 2024.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1, 2018.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1977.

MERUANE, Lina. *Tornar-se palestina*. Belo Horizonte: Relicário, 2019.

MOURA, Clovis. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Dandara, 2022.

NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NOVAES, Adauto. *Elogio à preguiça*. São Paulo: SESC SP, 2012.

ODDONE, Ivar et al. *Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde*. São Paulo: Hucitec, 2020.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ROSE, Jacqueline. *Viver a morte em nosso tempo*. São Paulo: Fósforo, 2024.

SAAVEDRA, Carola. *O mundo desdobrável: ensaios para depois do fim*. Belo Horizonte: Relicário, 2021.

SANTOS, Antônio. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu, 2023.

SILVA, Denise. *A dívida impagável*. São Paulo: Oficina da Imaginação e Living Commons, 2019.

SOLATERRAR, Ueslei. (Sobre)viver na zona de quase-morte: o (des)fazer do cuidado em saúde mental a pessoas negras no cotidiano pandêmico da Baixada Fluminense. 2024. 347 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*. Porto Alegre: L&PM, 2018.

STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes: resistir à catástrofe que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

TRAVERSO, Enzo. *Gaza diante da história*. Belo Horizonte: Âyiné, 2024.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *O peso e a graça*. Chão da Feira, 2021.

_____. *O enraizamento: prelúdio a uma declaração deveres com relação ao humano*. Belo Horizonte: Âyiné, 2022.

WHITAKER, Robert. *Anatomia de uma epidemia: pílulas mágicas, drogas psiquiátricas e o aumento assombroso da doença mental*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017.